



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681164 - MG (2021/0225084-6)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : ANDRE GOMES DA SILVA E OUTRO
ADVOGADOS : ÍCARO BATISTA NUNES - SP364125
ANDRÉ GOMES DA SILVA - SP416592
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : ALAN PESSOA DE CARVALHO (PRESO)
CORRÉU : LUCIANO GOMES PEREIRA
CORRÉU : EDGAR FRANCISCO ACELINO
CORRÉU : WILLIAN CRUZ CARDOSO
CORRÉU : DENIS DOS SANTOS BARROS
CORRÉU : NORBERTO SOUZA DE JESUS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ALAN PESSOA DE CARVALHO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (*Habeas Corpus* Criminal n. 1.0000.21.066371-2/000).

O paciente foi preso preventivamente pela prática, em tese, do delito de roubo.

Os impetrantes sustentam que:

(..) o pedido de quebra de sigilo telefônico que havia sido formulado pela Autoridade Policial não havia sido apreciado pelo Juízo de piso em nenhum momento, de sorte que eventual conteúdo extraído dos aparelhos celulares foi providenciado de maneira ilegal.

(...)

Não obstante, em 08 de abril de 2021, o Juízo de piso decretou a prisão preventiva do Paciente, oportunidade em que também deferiu o pedido de busca e apreensão em relação à sua residência (fl. 5).

Requerem, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja reconhecida a nulidade decorrente das informações advindas dos aparelhos celulares do corréu Luciano e do paciente, determinando-se o desentranhamento de todo o conteúdo e relatórios investigativos produzidos a partir disso e, conseqüentemente, seja relaxada a prisão, com a expedição do alvará de soltura em favor do paciente. Subsidiariamente, pugnam pela substituição da prisão cautelar por medidas alternativas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente